

Carta dos povos indígenas do RS, SC e MS aos Ministros.

13\08\2015.

Senhores Ministros.

Assim como os senhores, que representam o Executivo brasileiro estão hoje articulados com os poderes do legislativo e do Judiciário empenhados na defesa do ruralismo, promovendo a paralisação política das demarcações de nossas terras tradicionais e o extermínio de nossos direitos previstos na constituição de 1988, nós povos indígenas queremos dizer que também estamos articulados para retomar nossos territórios e garantir na prática a vida e a cultura de nossos povos, mesmo que isso signifique nossa morte, morte que o Governo e o Estado brasileiros já decretam quando nos condenam a viver na beira das rodovias em condições sub humanas de vida.

Por isso viemos aqui hoje na forma de um movimento conjunto entre os povos Guarani e Kaiowa, Guarani Nhandeva, Terena, Kinikinau, Kadiweu e Atikum do Mato Grosso do Sul e Kaingang e Guarani Mbya do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Estamos prontos para iniciar grande movimento Nacional se mais uma vez tivermos que levar para nossos filhos e famílias discursos vazios e a certeza da paralisação da demarcação de nossos territórios ancestrais como resposta.

Por isso em respeito dizemos que hoje aos senhores, aqui nesta sala, que não queremos mais discursos, mas sim queremos compromisso prático no cumprimento de suas obrigações constitucionais e respostas precisas e objetivas em relação a nossas demandas e exigências.

Seremos diretos, Exigimos:

Do Ministério do Planejamento: Recursos para a manutenção e montagem dos Grupos de Trabalho, para a identificação, delimitação, desintrusão e demarcação de nossos territórios.

Da Casa Civil: Que se empenhe no cumprimento da constituição fazendo gestão junto a presidente Dilma pela demarcação e homologação de nossas terras.

Da Sec. Geral da Presidência: Que se empenhe no cumprimento da constituição e que junto com os Ministérios e demais instancias se inicie o imediato processo de demarcação e homologação de nossos territórios.

Do MDA: Que o INCRA assente os colonos na desintrusão de nossos territórios.

Da AGU: A imediata REVOGAÇÃO da PORTARIA 303. Queremos deixar claro que esta exigência se estende a todos os Ministros e que sabemos que esta portaria sustenta a

tese do Marco Temporal (ataque direto a nossos povos) e que é utilizada pela CONJUR e pelo MJ em seus pareceres.

Do Ministério da Justiça: Que imediatamente volte a baixar as portarias declaratórias das terras indígenas, em especial as 09 portarias que se encontram hoje sem nenhum impedimento legal e(ou) administrativo.

Exigimos que o MJ abandone a ideia das mesas de dialogo pois afirmamos que ela é uma forte fonte de novos conflitos e que historicamente conflitos agrários e territoriais não se resolveram com dialogo mas sim com ações concretas do Executivo. Não temos como negociar nossos direitos e também não temos como consensuar com quem apenas se beneficia da exploração de nossos territórios. Que o Governo pague as indenizações de boa fé e garanta nossos territórios.

Que faça gestão junto a presidente Dilma para que sejam demarcadas e homologadas nossas terras indígenas garantindo nosso direito tradicional e constitucional.

Que ainda promova a justiça não deixando impunes os assassinos de nossas lideranças e promova a real proteção de nossas terras comunidades indígenas.

Da FUNAI: A continuidade e o destravamento imediato dos GT's e a publicação imediata dos relatórios já conclusos.

Ainda deixamos aqui nosso repudio total e exigência de imediata revogação e extinção:

Ao INSI. Que seja extinta qualquer possibilidade de sua implementação. Queremos a SESAI forte com os DSEI como gestores dos recursos e que se promova o concurso.

Ao decreto 7957\2013 que cria e regulamenta atuação de força armada no combate a povos e comunidades locais que resistem a empreendimentos que impactam a seus territórios.

A portaria interministerial 60\2015 que estabelece procedimento administrativo a ser seguido pela FUNAI para licenciamento ambiental de empreendimentos que impactam terras indígenas.

Tudo que exigimos é que os senhores cumpram com o seu dever de honrar a constituição brasileira e que parem imediatamente com o massacre físico e cultural dos povos indígenas originários do Brasil.

Exigimos que o ESTADO pare com o discurso político de que não decreta as portarias e não avança na demarcação dos territórios originários por medo de que processos judiciais sejam instaurados. Não cometam mais prevaricação de suas funções senhores Ministros, isso gera morte. Cumpra com sua obrigação junto a constituição, nós cuidaremos dos processos judiciais.

Nós, povos indígenas a muito deixamos de sermos Tutelados, e dizemos aos senhores que temos plena capacidade de analisar a conjuntura política e compreender as relações que se estabelecem para diminuir e atacar nossos direitos. Exigimos respeito e repudiamos os discursos demagógicos que os senhores fazem para enrolar nosso povo.

Voltamos a insistir senhores. Não queremos discursos. Fomos claros e objetivos, queremos respostas claras e objetivas para nossas exigências.

Assinam a baixo nossos representantes, rezadores e lideranças: